

# Crédito piora tudo

Com relação à dívida pública, o ex-ministro Octávio Bulhões citou números constantes do boletim de março de 83 do Banco Central, para mostrar que a correção monetária suplanta o valor da subscrição de títulos. Com efeito, em 79 as subscrições somaram 129.303 milhões de cruzeiros, enquanto a correção monetária atingia 118.874 milhões de cruzeiros. Em 80, a proporção se mantém: Cr\$ 374.800 milhões de subscrições para Cr\$ 206.830 milhões de correção. Já em 82, inverte-se o quadro: as subscrições somaram Cr\$ 2.856.576 milhões, enquanto a correção ia a Cr\$ 3.453.053 milhões. E até fevereiro de 83, o quadro mostra: Cr\$ 3.074.481 de valores subscritos, para Cr\$ 4.195.724 milhões de correção monetária.

Bulhões insistiu na tese de que a causa essencial da inflação e da recessão é a expansão de crédito mantida pelas autoridades monetárias, especialmente BC e BB. Para o ex-ministro, o objetivo — “louvável” — é amparar a produção, especialmente agricultura e exportação. Mas, ainda segundo Bulhões, “ocorre ser a expansão de crédito uma consequência da elevação do custo da produção, elevação inflacionada pelo processo inflacionário do prévio aumento de crédito. Reina um círculo vicioso: o crédito é aumentado porque sobe o custo da produção; o custo da produção sobe, por força da expansão monetária que financia o aumento do crédito”.

Chamando o círculo de “redemoinho extravagante”, o ex-ministro assegura que “é simples” rompê-lo, mantendo-se o presente nível de crédito. “Não há aumento de correção monetária, no caso de crédito subsidiado, como se pretende, pois cessada a ex-

pansão do crédito cessa a expansão momentânea e, conseqüentemente, pela reversão da expectativa inflacionária, cessaria a elevação de preços, tornando-se desnecessária a correção monetária. Os saldos dos empréstimos existentes passariam a ser adequados à produção” — explicou Octávio Gouvêa de Bulhões.

Para ele, porém, o governo não acredita na rapidez desse resultado, achando que não deve interromper a expansão de crédito, mesmo que reconheça o mal da expansão monetária. E procura substituí-la por meio de recursos da receita tributária. Bulhões mostrou que, no orçamento para 84, figura uma “reserva de contingência” de 2.912 bilhões de cruzeiros, soma pouco inferior à destinada aos transportes e superior a todas as demais rubricas, somando 15% da receita total disponível pela União, deduzida a receita transferida para Estados e Municípios. O ex-ministro garante que essa “reserva” será utilizada pelas autoridades monetárias com o fim de recorrer menos à base monetária, na expansão do crédito.

Octávio Gouvêa de Bulhões assegurou que, assim como tiramos partido da correção monetária para manter a economia em convívio com a política de combate gradualista da inflação, “agora que se tornou insustentável o gradualismo, resta-nos tirar partido da supressão da correção monetária, em apoio à rápida supressão da inflação”.

E, encerrando seu depoimento para os parlamentares do PDS, o ex-ministro garantiu que a queda automática da correção monetária, a par da eliminação da inflação, pode trazer uma grande folga aos produtores.